



ILAESE



O que se encontra por trás da crise do governo estadual de Minas Gerais

Panorama do setor público e privado

Apresentação

Esta cartilha é uma produção da CSP-Conlutas conjuntamente com o ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos).

O estudo foi coordenado por Gustavo Henrique Lopes Machado.

Todos os dados foram retirados de fontes oficiais devidamente indicadas em cada caso.

ÍNDICE

Sumário

Introdução.....	3
Quais os motivos da crise estadual?.....	4
1. A relação entre receitas e despesas em série histórica.....	4
2. A arrecadação não explica a crise do Estado.....	5
3. Um raio X nas despesas do Estado.....	6
4. Mudanças nas regras de cálculo dos gastos com pessoal.....	10
5. Análise das despesas com previdência.....	12
6. Exame da dívida do Estado.....	15
Os problemas estruturais do Estado de Minas Gerais.....	18
1. Situação econômica do Estado.....	18
2. Emprego e remuneração escancaram situação do Estado.....	22
Conclusões.....	25

Introdução

O presente estudo tem por tarefa central investigar a crise no Estado de Minas Gerais, particularmente nas finanças públicas. Esta investigação se faz necessária por vários motivos. Em primeiro lugar, porque seus motivos não são tão óbvios e evidentes.

Por um lado, o Brasil se encontra em uma grave crise econômica, produto do desmantelamento estrutural desde os anos 90. O país acumulou desde 2014 uma queda no PIB superior à 10% e, nos últimos três anos, uma irrisória recuperação, com crescimento pouco superiores a 1%. Para se ter uma ideia clara, os níveis absolutos de emprego, desconsiderando o crescimento populacional, estão longe de atingir o mesmo patamar de 6 ou 7 anos antes. Apesar disso, tais elementos não são suficientes para explicar a crise existente no Estado.

Isto porque, apesar da crise, cujo impacto pode ser sentido nas receitas dos Estados de todo o Brasil, apenas Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro encontram-se em uma situação de colapso financeiro. O que queremos dizer com colapso financeiro? Ora, que Minas Gerais, como os outros dois estados citados, acumulam vários anos com deficit expressivo em sua execução orçamentária. Apenas em Minas Gerais, esse deficit gira a casa de 10 bilhões de reais o que representa cerca de 10% de sua arrecadação total.

A situação fica ainda mais intrigante quando verificamos que a situação do Estado é completamente diferente daquela do Rio de Janeiro. Estruturalmente, este Estado, se desindustrializou de forma brutal e é hoje, em grande parte, dependente dos royalties do petróleo. A situação em Minas é muito diferente nesse sentido. Em primeiro lugar, porque não há produção de petróleo em Minas Gerais e, a mineração paga, pelos critérios definidos na constituição brasileira, royalties absolutamente irrisórios. Além disso, apesar de ter sofrido também um processo de desindustrialização no setor de manufaturados, esta não se diferenciou pelo ritmo e intensidade do que ocorreu no Brasil. Ao contrário, Minas hoje continua a ser um polo industrial, minerário e agrícola.

Com isso, não se quer minimizar os impactos da crise nacional no Estado. Mas a pergunta é: como explicar, em meio a isso, que o Estado de Minas Gerais apresente um dos piores cenários financeiros entre todos demais Estados do país?

É exatamente essa pergunta que procuraremos responder nesse estudo. Para tal, utilizaremos uma série histórica de longa duração que, em alguns casos, antecede aos números da primeira gestão de Aécio Neves do PSDB que se iniciou em 2003. Ao fim do estudo, atualizaremos a situação geral do Estado e das demais categorias no que diz respeito ao PIB, produção e emprego em cada um dos subsetores da economia.

Quais os motivos da crise estadual?

A crise nas finanças estaduais de Minas Gerais é um fato amplamente conhecido e divulgado em todos os meios. De início, tal crise parece não ter qualquer mistério. Afinal, como sabemos, o Brasil está, desde pelo menos 2014, mergulhado em uma crise de elevadas proporções. As manifestações dessa crise são, igualmente, bem conhecidas: elevação do desemprego e da informalidade do trabalho na casa dos milhões, queda acumulada do PIB, elevação desenfreada da dívida pública e deficit primário na execução orçamentária da União etc.

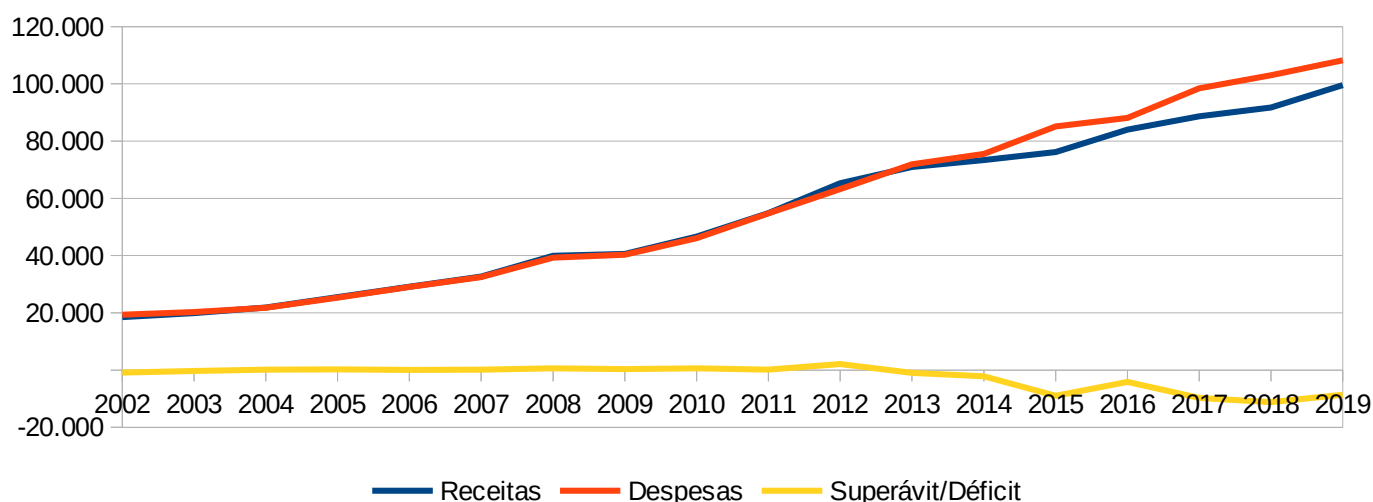
É evidente que a crise do Estado de Minas Gerais não está deslocada desse contexto e os problemas estruturais do país são a explicação última de todo processo. Mas ao tomarmos a questão mais de perto, vemos que não podemos nos limitar aos fenômenos de abrangência nacional. Isto porque dos 27 Estados da federação apenas 3 ou 4 apresentam um cenário de calamidade mais profunda nas finanças públicas. Qual o motivo do governo estadual de Minas Gerais engrossar, ao lado do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o grupo dos Estados em rota de colapso econômico?

Para que possamos compreender adequadamente a questão, a análise que se segue utiliza, sempre que necessário, séries históricas longas, por vezes desde 2002: ano imediatamente anterior a administração de Aécio Neves. Vejamos o cenário.

1. A relação entre receitas e despesas em série histórica

O primeiro aspecto a ser notado é que a crise não é uma invenção. O estado de Minas Gerais acumula, desde 2013, deficit orçamentários expressivos, como indicamos abaixo:

Receitas, Despesas e Superávit (em milhares de reais)



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas	18.521	19.914	21.817	25.514	29.100	32.633	39.923	40.563	46.618	54.844	65.249	70.958	73.347	76.155	83.966	88.624	91.754	99.548
Despesas	19.359	20.263	21.727	25.292	29.019	32.443	39.299	40.263	46.051	54.694	63.172	71.907	75.513	85.119	88.129	98.392	102.987	108.181
Superávit/Déficit	-838	-349	91	222	81	190	624	299	567	151	2.076	-948	-2.165	-8.964	-4.163	-9.768	-11.233	-8.632
Sup/Def Primário	489	991	1.523	1.928	1.937	2.309	2.971	1.733	1.851	2.757	3.069	-86	1.031	-3.244	-3.249	-6.124	-4.119	

Fonte: Relatórios Contábeis da SEF entre 2002 e 2018 e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

Podemos ver, por esses números, dois aspectos relevantes:

1. O primeiro deles é que desde pelo menos 2015, o déficit na execução orçamentária estadual foi, por pelo menos 3 vezes, na casa dos 10 bilhões de reais equivalendo a 10% ou mais de toda receita estadual.
2. O segundo aspecto é que não se trata unicamente de um déficit oriundo de dívidas do Estado. O superavit/déficit primário indica a execução orçamentária que retira fora da contabilidade empréstimos, juros e amortizações de dívidas. Como podemos ver, comparando as duas últimas colunas da tabela, se é verdade que as dívidas entornam ainda mais o déficit orçamentário, o déficit primário é bastante expressivo. Chegou a 6 bilhões de reais em 2017 e foi sempre expressivo desde o início da crise.

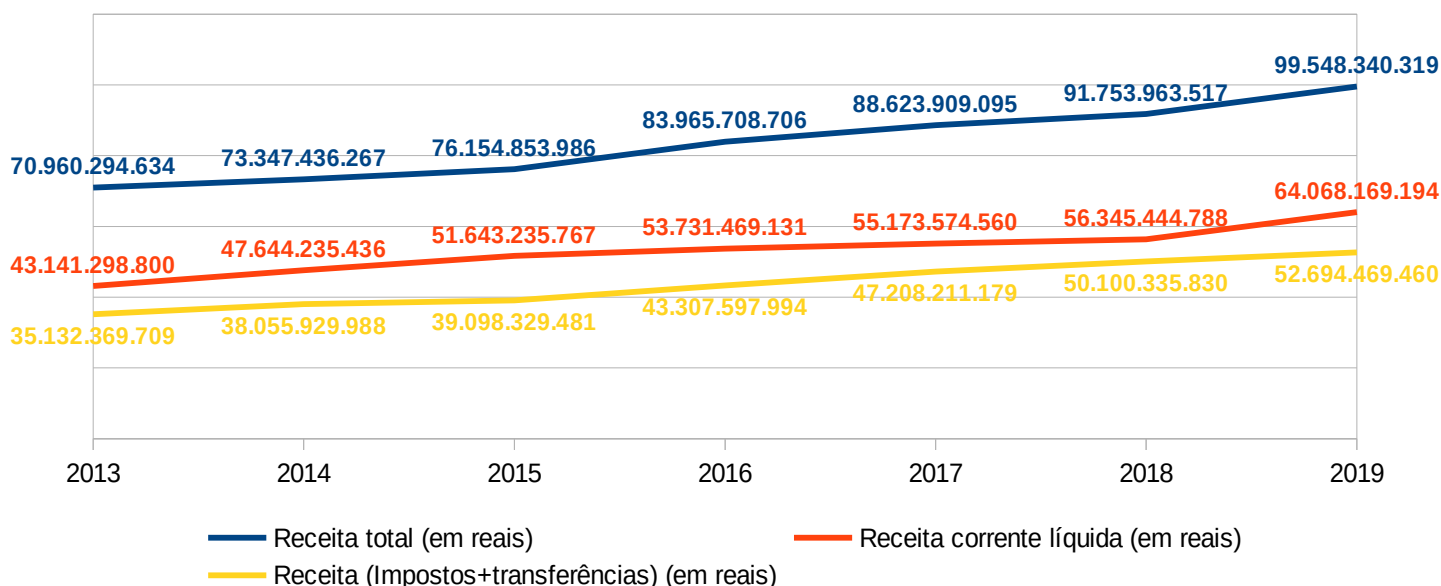
O que surpreende é que, desde 2002 até 2012, o Estado teve sempre superavit em suas contas. O superavit primário foi sempre muito expressivo, variando quase sempre entre 5 e 10% da Receita Total do Estado. Como este cenário se alterou por completo a partir de 2013?

Na continuidade do estudo, iremos buscar esta resposta analisando cada possibilidade. Começemos pelas receitas ou arrecadação estadual.

2. A arrecadação não explica a crise do Estado

Vemos, de início, que a explicação da crise atual do governo Estadual de Minas Gerais não pode ser encontrada na arrecadação do Estado. Indicamos abaixo a evolução dos três principais tipos de receitas, utilizadas nos cálculos dos inúmeros pisos e tetos de gastos constitucionais, bem como a receita total. Consideramos exatamente o período da crise estadual para esta análise.

Receitas do Estado desde o início da Crise (em reais)



Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

Não apenas verificamos um crescimento de todas as receitas estaduais em todo o período desde 2013, como se trata de um crescimento consistente. Ou seja, não houve queda nominal de

receitas em um único ano sequer e, em todos eles, esse crescimento foi ou superior ou próximo a inflação acumulada no período.

Tanto é assim que tanto no último ano de 2019, como em todo o período da crise estadual entre 2013 e 2019, temos um crescimento da arrecadação estadual superior a inflação medida pelo IPCA, como indicamos na tabela abaixo.

	2019/2013	2019/2018
Receita total	40,29%	8,49%
Receita corrente líquida	48,51%	13,71%
Receita (Impostos+transferências)	49,99%	5,18%
Inflação IPCA	39,44%	4,31%

Ora, se isto é assim, só existe um lugar em que podemos buscar as explicações imediatas da crise estadual: as despesas. Dizemos imediatas por um motivo que deve ser aqui esclarecido. Não negamos que as receitas são um elemento estrutural relevante da crise do Estado. Como voltaremos a falar no próximo capítulo, os valores irrisórios dos royalties da mineração, a Lei Kandir, o processo de desindustrialização no setor de manufaturados, manifesto também em Minas, e outros tantos, certamente são elementos contribuintes para a redução das receitas estaduais e a conformação do cenário atual.

Por ora, coloquemos um parênteses nesses problemas, por uma razão metodológica. Esses fatores supracitados certamente estão na base de uma debilidade estrutural do Estado, mas, diante do crescimento consistente na arrecadação estadual, eles não podem explicar o motivo da crise ter se irrompido exatamente em 2013 e, desde então, se aprofundado. Resta buscar os motivos desse quadro no fator econômico que cresceu muito mais que as receitas: as despesas.

3. Um raio X nas despesas do Estado

Uma das teses amplamente difundidas, sobretudo por meios acadêmicos, é de que a crise do Estado tem sua origem no excesso de gastos públicos. Inclusive em setores como Educação, Saúde e demais áreas essenciais. Nesse tópico, examinaremos a validade ou não dessa tese, ao mesmo tempo que iremos procurar os itens que fizeram as despesas crescerem muito acima da receita desde o ano de 2013.

Na análise que se segue das despesas, consideramos os setores mais expressivos na composição das despesas gerais do Estado. São eles: Segurança pública, Previdência social, Educação, Saúde, Encargos Especiais e Demais despesas. A função *Encargos Especiais* retrata a dívida do Estado, os proventos de inativos, as transferências aos municípios. Faremos uma análise específica da dívida do Estado mais adiante. A princípio ela está considerada dentro dessa categoria. O item *Demais despesas* abrange todos os demais itens tais como habitação, judiciário, infraestrutura etc. Enfim, setores com menor participação percentual no orçamento. Aí se insere a maior parte dos setores dependentes de investimentos do Estado.

Nessa direção, indicamos abaixo a tabela que indica, desde 2013, a evolução das despesas em todos os setores acima indicados:

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Encargos Especiais	4.870.003.623	5.406.779.000	5.948.115.000	6.938.932.000	7.773.783.000	8.973.774.737	10.088.146.482	10.334.060.625	11.895.706.730
Segurança Pública	2.435.088.773	2.463.468.000	2.669.883.000	3.303.515.000	3.911.128.000	4.305.205.740	5.486.191.075	5.619.757.915	6.741.733.922
Previdência Social	1.102.853.183	1.099.496.000	3.300.886.000	3.329.927.000	3.692.010.000	4.084.592.333	4.594.095.535	4.705.610.045	5.640.849.711
Educação	3.656.248.885	3.705.234.000	2.799.148.000	3.174.024.000	3.625.266.000	4.091.080.963	4.633.394.898	4.746.062.242	5.334.805.881
Saúde	1.490.663.123	1.649.957.000	2.101.829.000	2.268.454.000	2.449.742.000	2.890.684.487	3.882.777.064	3.977.787.957	4.561.354.128
Demais despesas	4.914.306.894	4.809.605.000	4.906.747.000	6.277.218.000	7.566.860.000	8.097.809.741	10.614.757.946	10.880.182.131	11.876.723.728
Despesa Total	18.469.164.480	19.134.539.000	21.726.608.000	25.292.070.000	29.018.789.000	32.443.148.000	39.299.363.000	40.263.460.915	46.051.174.100
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Encargos Especiais	13.635.770.181	21.988.796.847	24.611.527.551	21.477.345.872	24.431.992.866	23.718.890.323	29.746.928.601	34.632.194.221	36.282.765.966
Segurança Pública	7.528.957.828	5.667.651.681	6.701.054.843	11.046.722.401	15.059.602.014	15.859.971.377	16.542.277.316	16.970.952.688	17.051.270.779
Previdência Social	6.417.836.069	11.253.473.363	12.492.478.291	11.046.722.401	13.254.523.573	14.472.647.326	15.923.539.055	16.770.918.421	17.966.116.957
Educação	6.664.316.187	7.282.823.253	8.253.829.084	9.093.989.498	9.293.304.799	10.528.220.930	11.162.105.827	10.713.161.491	10.349.712.808
Saúde	4.810.023.931	6.158.440.854	6.654.222.632	8.626.110.346	10.030.228.174	10.283.412.584	10.915.853.831	9.945.952.937	12.743.927.730
Demais despesas	15.636.662.425	10.820.985.472	13.193.417.361	14.222.034.329	11.934.176.750	12.362.585.233	12.877.556.862	13.236.631.001	13.786.790.340
Despesa Total	54.693.566.621	63.172.171.470	71.906.529.762	75.512.924.847	84.003.828.176	87.225.727.773	97.168.261.492	102.269.810.759	108.180.584.581

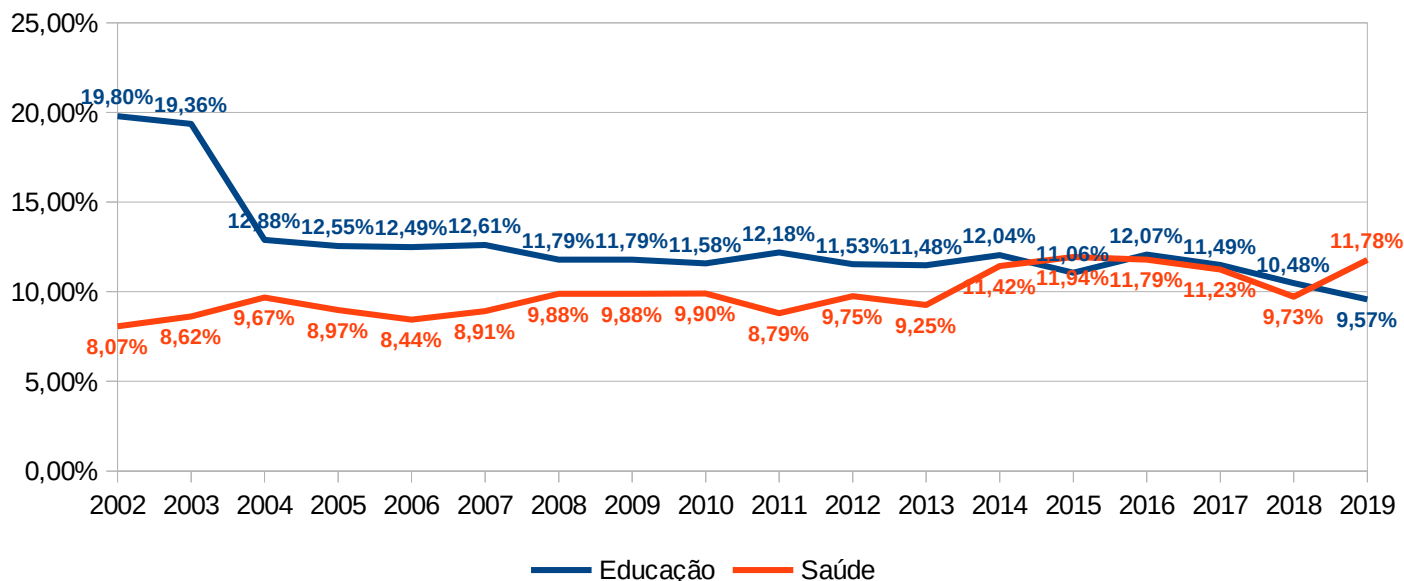
Fonte: Relatórios anuais da SEF e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

Percentualmente, esse valores se distribuem da seguinte forma:

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Encargos Especiais	26,37%	28,26%	27,38%	27,44%	26,79%	27,66%	25,67%	25,67%	25,83%	24,93%	34,81%	34,23%	28,44%	29,08%	27,19%	30,61%	33,86%	33,54%
Segurança Pública	13,18%	12,87%	12,29%	13,06%	13,48%	13,27%	13,96%	13,96%	14,64%	13,77%	8,97%	9,32%	14,63%	17,93%	18,18%	17,02%	16,59%	15,76%
Previdência Social	5,97%	5,75%	15,19%	13,17%	12,72%	12,59%	11,69%	11,69%	12,25%	11,73%	17,81%	17,37%	14,63%	15,78%	16,59%	16,39%	16,40%	16,61%
Educação	19,80%	19,36%	12,88%	12,55%	12,49%	12,61%	11,79%	11,79%	11,58%	12,18%	11,53%	11,48%	12,04%	11,06%	12,07%	11,49%	10,48%	9,57%
Saúde	8,07%	8,62%	9,67%	8,97%	8,44%	8,91%	9,88%	9,88%	9,90%	8,79%	9,75%	9,25%	11,42%	11,94%	11,79%	11,23%	9,73%	11,78%
Demais despesas	26,61%	25,14%	22,58%	24,82%	26,08%	24,96%	27,01%	27,02%	25,79%	28,59%	17,13%	18,35%	18,83%	14,21%	14,17%	13,25%	12,94%	12,74%

Para termos uma ideia mais nítida do desenvolvimento das respectivas receitas, veremos a seguir a evolução percentual dos respectivos setores separadamente para analisarmos quais itens realmente tiveram papel preponderante no desdobramento das despesas estaduais. Começemos pela educação e saúde.

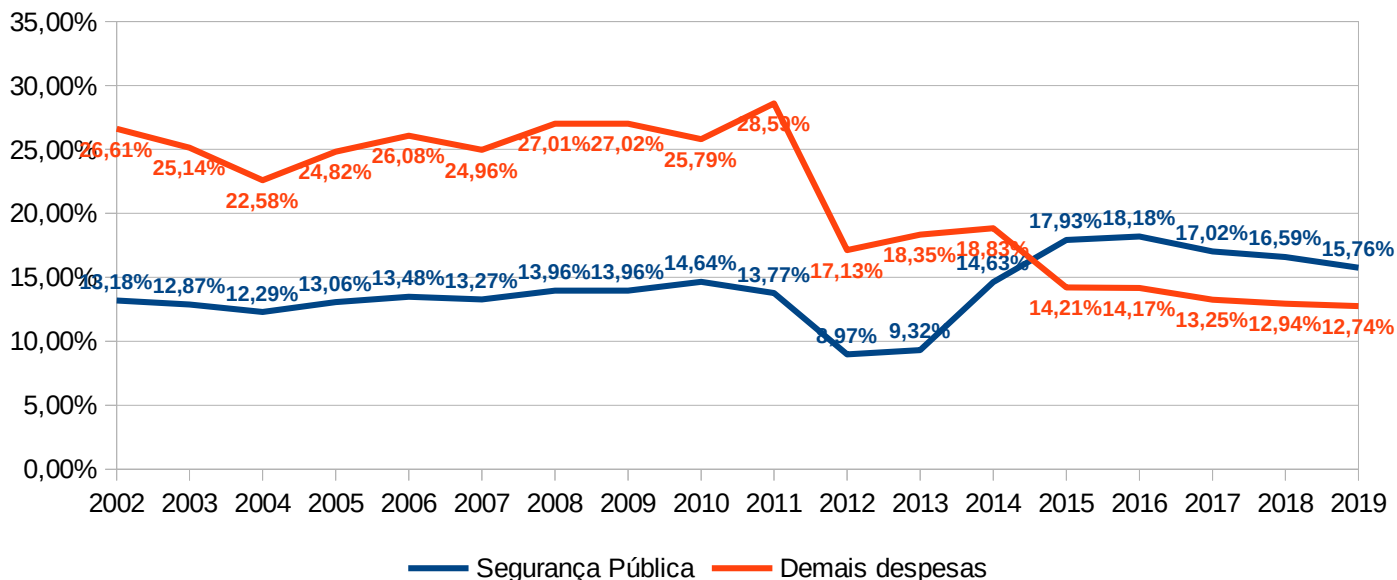
Varição percentual das despesas em Educação e Saúde entre 2002 e 2019



De imediato, vemos que a Educação, historicamente e também na curta duração, teve queda percentual acentuada nos investimentos estaduais. O percentual destinado ao setor já significou quase 20% de todas as receitas do Estado, hoje, no entanto, é inferior a 10%. A

educação tem quedas continuadas de investimento desde 2016 considerando o percentual investido antes as despesas. A saúde, por seu turno, teve um certo crescimento, mas que, de forma alguma pode justificar o crescimento das despesas para além das receitas a partir de 2013. O total investido em 2019 não chega a ser 2% superior aquele de 2008. Além disso, a queda na educação, no mesmo período, foi muito superior ao tímido crescimento verificado. Em outras palavras, considerando conjuntamente, temos uma queda nas despesas com Educação e Saúde.

Varição das despesas em segurança pública e demais despesas entre 2002 e 2019

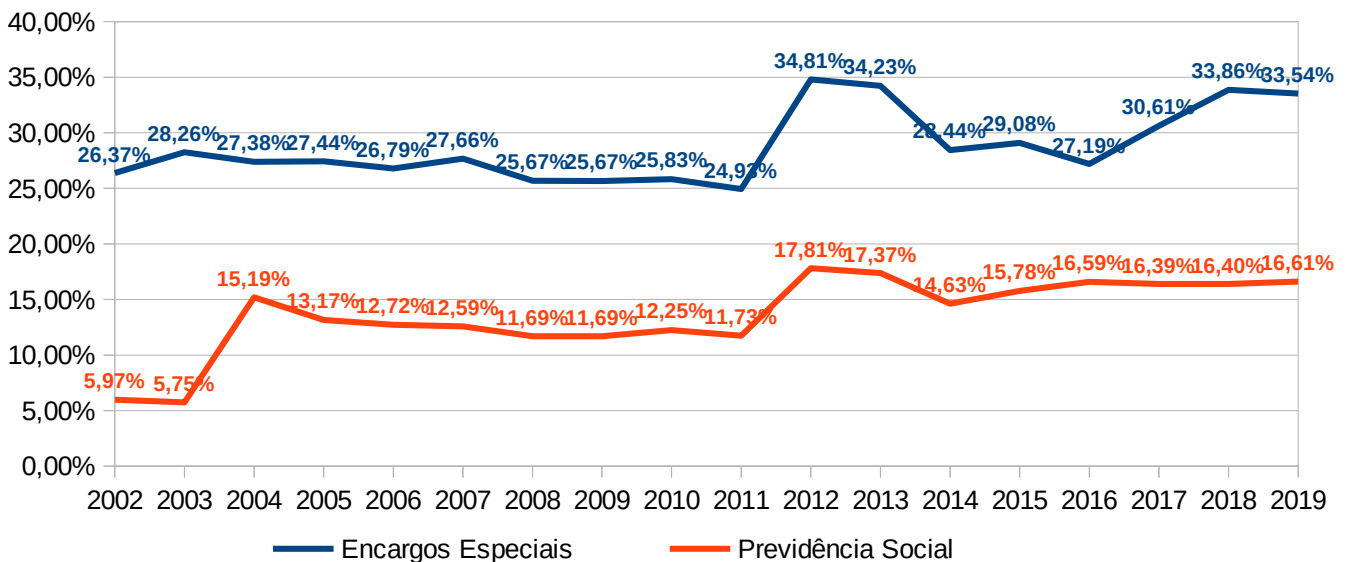


Da mesma forma, não é possível justificar o crescimento desmedido das despesas estaduais com segurança pública e as Demais despesas, que incluem: Habitação, Gestão Ambiental, Agricultura, Urbanismo, Indústria, Essencial à Justiça, Legislativa, Transporte e Administração. Embora exista, de fato, um crescimento bem significativo dos gastos com segurança pública entre 2013 e 2015, tal crescimento se deu sobre a base de uma brusca queda nos anos imediatamente anteriores, quando não havia crise alguma na execução orçamentária estadual. De tal forma que o montante gasto em 2019: 15,76% está a quase um ponto percentual daquele verificado em 2010: 14,64%.

Além disso, como podemos ver, as “Demais despesas” que abrangem as principais áreas de investimento Estadual como Urbanismo, Transporte, Habitação, Gestão Ambiental sofreu uma drástica queda antes mesmo do detonar da crise no Estado. Essas despesas caíram de 28,5% para a casa dos 18% quando a crise orçamentária se inicia. Esses setores continuaram a cair de forma drástica, passando para míseros 12,74% das despesas estaduais.

Resta analisar, portanto, unicamente os Encargos Especiais, no interior dos quais se insere a dívida pública estadual, e os gastos com previdência:

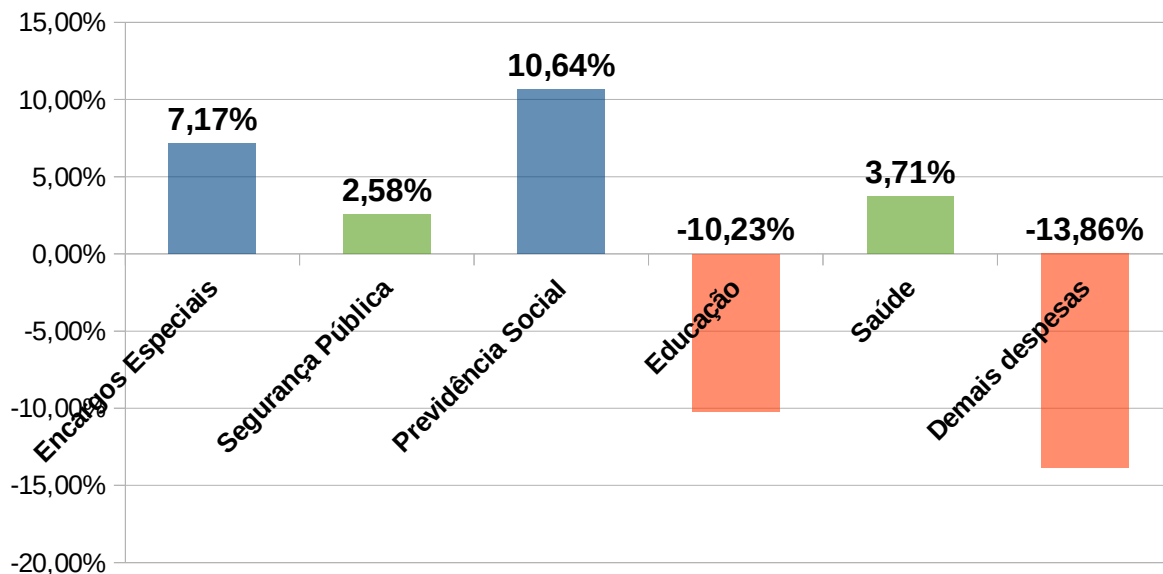
Variação dos Encargos especiais e Previdência social entre 2002 e 2019



Ora, fica nítido e transparente, pelo exame desses dados, que a disparada das despesas, precisamente nos anos de 2012 e 2013, se deram fundamentalmente nos Encargos Especiais (fundamentalmente dívidas, como veremos, já que a maior parcela desse montante, a transferência aos municípios, não sofreu variações sensíveis) e nas despesas com Previdência social. A primeira salta de 24,92% das despesas para 34,81% enquanto a previdência salta de 11,73% das despesas para 17,81%. Não apenas encontra-se, nesses dois itens, o crescimento das despesas em que se encerra todo o deficit orçamentário, como até mesmo a redução nas despesas de todos os itens que consideramos anteriormente em seu conjunto.

Apresentamos abaixo a variação em cada um desses setores no longo período de modo a materializar tudo que acima foi analisado:

Variação das despesas por setor entre 2002 e 2019



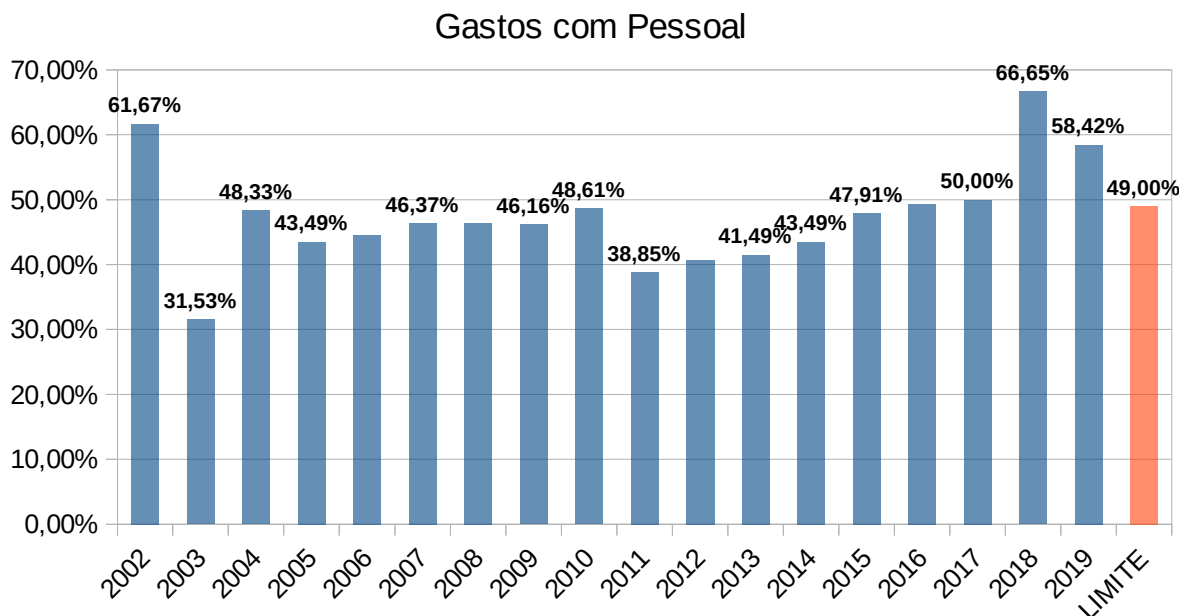
A tendência que acima indicamos foi a tônica de todos os governos existentes em Minas desde pelo menos 2002.

	PSDB	PSDB	PSDB	PT	NOVO	
	2006/2002	2010/2006	2014/2010	2018/2014	2019/2018	2019/2002
Encargos Especiais	0,42%	-0,96%	2,61%	5,42%	-0,32%	7,17%
Segurança Pública	0,29%	1,16%	-0,01%	1,97%	-0,83%	2,58%
Previdência Social	6,75%	-0,47%	2,38%	1,77%	0,21%	10,64%
Educação	-7,30%	-0,91%	0,46%	-1,57%	-0,91%	-10,23%
Saúde	0,37%	1,46%	1,52%	-1,70%	2,06%	3,71%
Demais despesas	-0,53%	-0,29%	-6,96%	-5,89%	-0,20%	-13,86%

Como se nota, em todos os governos temos variações percentuais sensíveis nas despesas apenas nos itens: Encargos Especiais e Previdência Social. Os demais, ou sofrem pequenas variações para cima ou para baixo, ou drásticas quedas, como é o caso do primeiro mandato do governo do PSDB na Educação ou o último mandato de Anastasia e de Fernando Pimentel (PT) nas demais despesas. O governo de Zema (NOVO), por outro lado, se não produziu nenhuma variação drástica na execução orçamentária foi sobre a base herdada pelos governos anteriores com a previdência e Encargos Especiais inflados. Antes que possamos examinar melhor esses dois setores responsáveis pelo crescimento das despesas estaduais, cabe, ainda, uma análise sobre os gastos com Pessoal, por motivos que ficarão claros logo adiante.

4. Mudanças nas regras de cálculo dos gastos com pessoal

A primeira vista, parece que o que apresentamos acima contradiz a evolução dos gastos com Pessoal no Estado, dado que estes parecem ter disparado em 2018 e 2019, como apresentado:

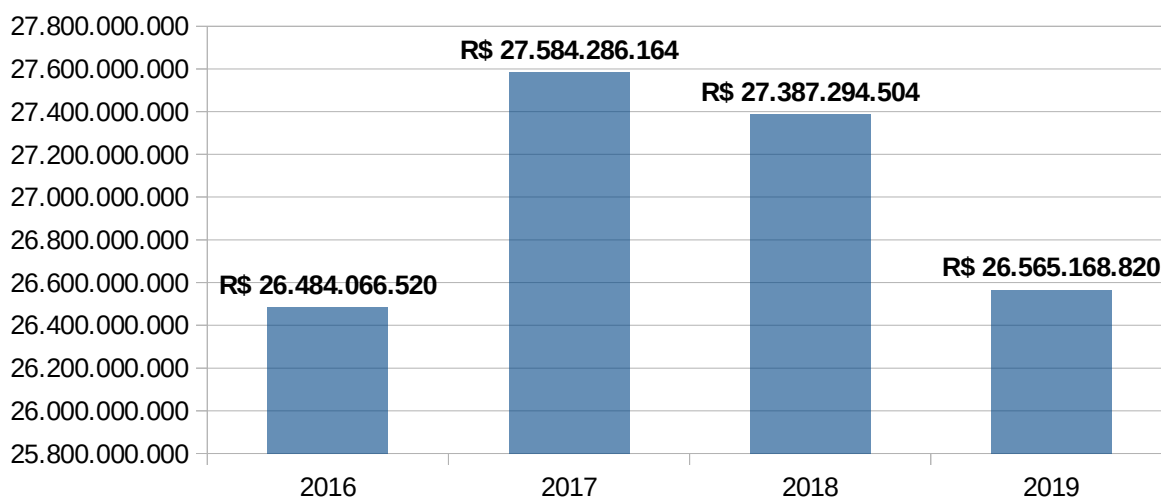


Fonte: Relatórios anuais da SEF e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

Como podemos ver, de 50% da receita corrente líquida gasta em 2016 com o pessoal do poder executivo, temos 66,65% em 2018 e 58,42% em 2019. Todos esses dados sob um teto de 49% estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, esta escalada verificada em 2018

foi produto de uma mudança nas regras de cálculo dos gastos com pessoal em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2018, de 28/02/2018, do TCE-MG. Até o exercício de 2017 e nos dois primeiros quadrimestres de 2018, eram considerados como despesas não computadas dos Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS. Trata-se exatamente do déficit oriundo da previdência estadual, coberto pelo governo do Estado. Isto é, todo montante gasto com a previdência que não era coberto pelos recursos vinculados pelos servidores da ativa. Essa mudança acarretou uma elevação de 36,15% no montante das despesas líquidas com pessoal do Poder Executivo apurada ao final do exercício, em comparação com o ano anterior. Por esse motivo, apresentamos, abaixo, os dados desconsiderando as alterações recentes de modo a termos um critério fixo de avaliação.

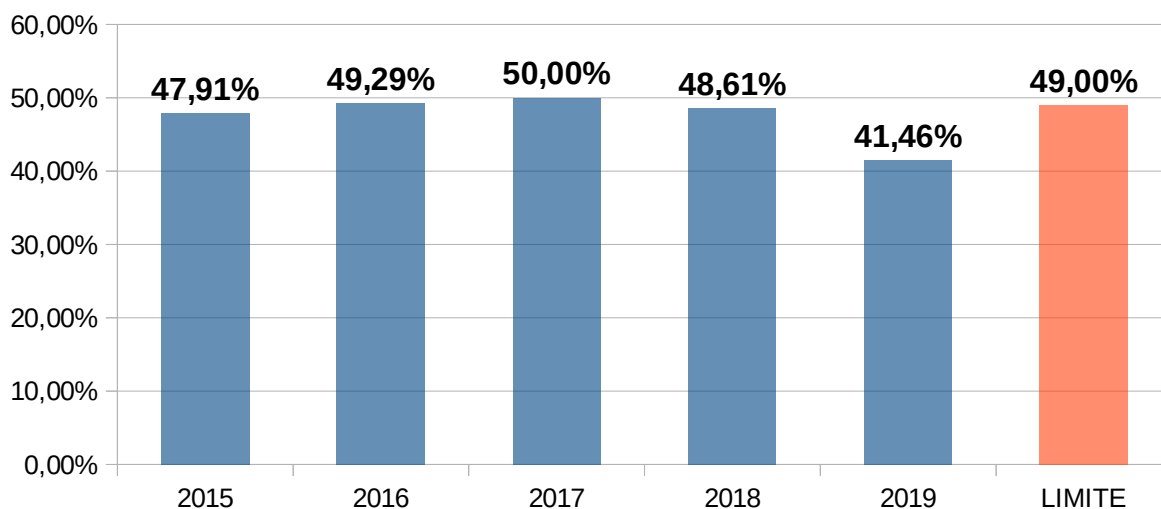
Gasto com pessoal desconsiderando alteração nas regras de cálculo



Fonte: Tesouro Nacional. 2018 e 2019, cálculos do ILAESE. **Elaboração:** ILAESE.

As quedas, como podemos ver, são alarmantes. Em termos absolutos, houve queda de mais de um bilhão de reais nos gastos com pessoal nos últimos dois anos. Os valores de 2019 são próximos aqueles registrados 4 anos antes, em 2016. Vejamos em termos percentuais.

Gastos com pessoal desconsiderando alteração na regra de cálculo



Em função do crescimento expressivo das receitas em 2019, associado a queda em termos absolutos dos gastos com pessoal, seu percentual baixou de 48,61% em 2018 para 41,46%. Muito abaixo, portanto, do limite estabelecido pela LRF. Isto é claro, considerando a metodologia de cálculo utilizada até meados de 2017.

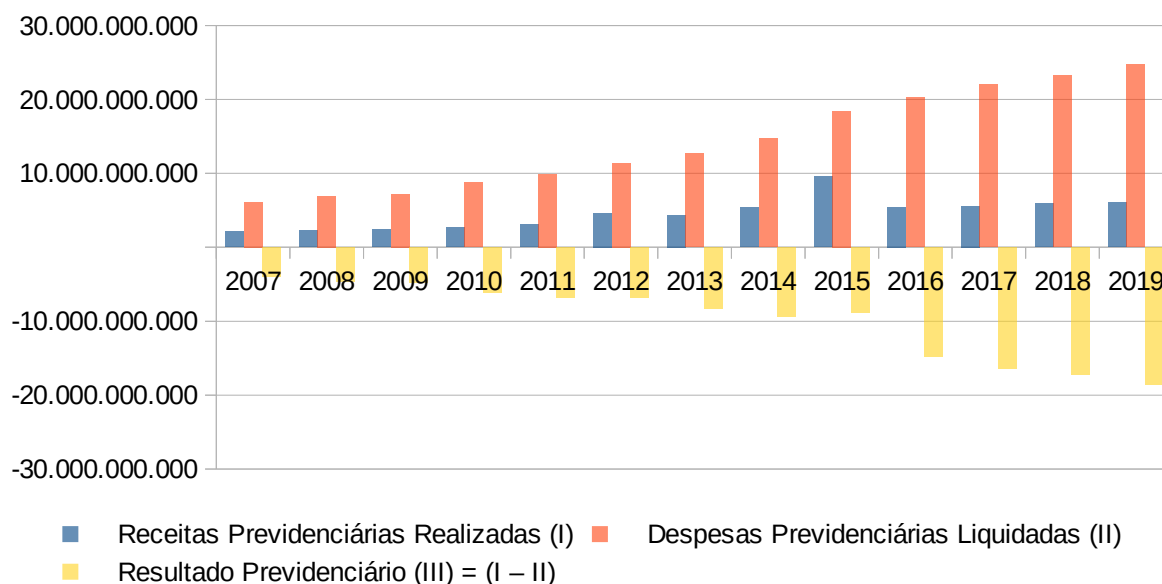
Independente de qualquer debate a respeito de qual seria a metodologia de cálculo mais adequada, o certo é que, considerando um critério único, as despesas com pessoal caíram de forma expressiva nos últimos três anos. Mais ainda, os valores verificados em 2015 até 2017, próximos ao limite de 49% ou levemente superiores, estão próximos de sua margem histórica, tendo sido atingidos em anos como 2004 e 2010. Os gastos com pessoal, portanto, apesar de uma abrupta queda em 2011, seguido por uma elevação significativa em 2014; não podem explicar estruturalmente a crise do Estado.

Partimos, portanto, para o outro item relevante na presente análise. A questão previdenciária que, como já vimos, encontra-se entre os itens decisivos para a crise estatal.

5. Análise das despesas com previdência

Para termos uma ideia mais clara do cenário, indicamos no gráfico e tabela abaixo, desde 2007, as receitas, despesas e o deficit da previdência em Minas Gerais.

Receitas, despesas e deficit previdenciário (em reais)



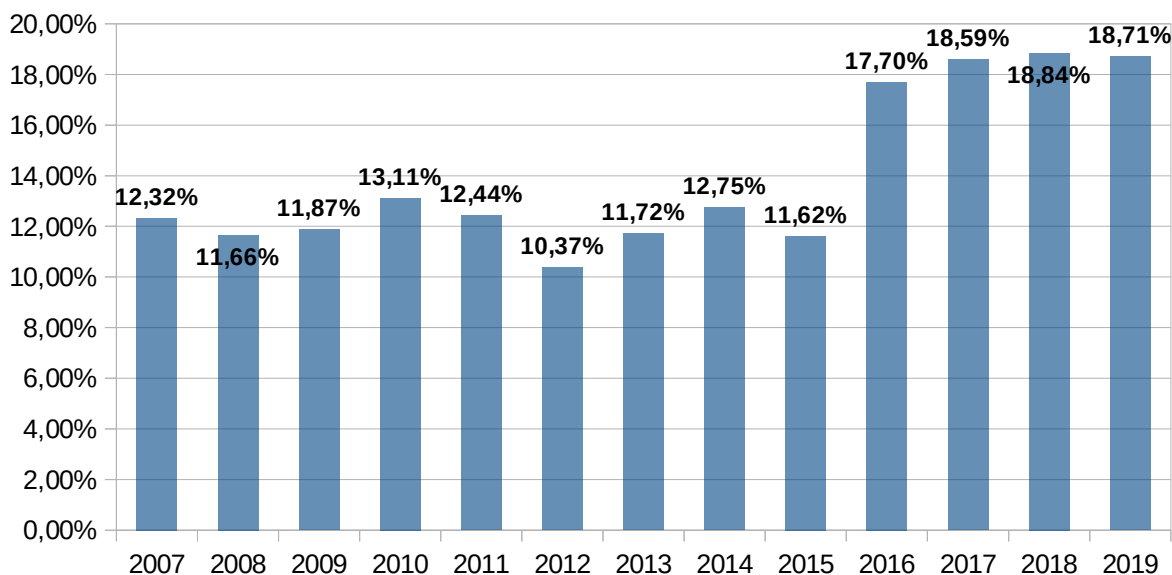
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	2.099.080.000	2.269.550.000	2.401.833.000	2.669.372.294	3.121.389.751	4.622.963.004	4.361.740.164
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	6.118.103.000	6.923.160.000	7.218.595.000	8.782.431.856	9.941.341.405	11.388.776.993	12.678.923.114
Resultado Previdenciário (III) = (I – II)	-4.019.023.000	-4.653.610.000	-4.816.762.000	-6.113.059.562	-6.819.951.654	-6.765.813.989	-8.317.182.950
		2014	2015	2016	2017	2018	2019
		5.370.345.334	9.591.259.812	5.429.923.866	5.553.676.684	5.948.420.810	6.078.674.736
		14.720.888.458	18.441.780.635	20.290.603.874	22.030.923.613	23.238.234.147	24.699.368.320
		-9.350.543.124	-8.850.520.823	-14.860.680.008	-16.477.246.929	-17.289.813.337	-18.620.693.584

Fonte: Relatórios anuais da SEF e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

Como fica evidente, Minas possui um deficit de longa data em sua previdência. Apenas em 2019 esse deficit foi superior a 18 bilhões de reais. É uma situação comum no Brasil. Somente 4 Estados possuem superavit em suas respectivas previdências: Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. Tratam-se exatamente de Estados cuja criação é relativamente recente — e, portanto, têm mais servidores ativos em relação ao número de aposentados. Mas, de todos os Estados, Minas Gerais, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro são de longe os que apresentam o maior deficit.

Visto por esse ângulo, parece se tratar de uma situação estrutural incontornável. As reformas da previdência parecem um mal necessário. No entanto, não é assim. Vale dizer, sem que seja nosso intuito nos estender sobre o tema nesse estudo, que precarização dos serviços públicos, a redução do quadro de pessoal e o fim das carreiras reduzem a contribuição previdenciária de todos que estão na ativa, elevando o abismo entre a contribuição dos servidores ativos e a aposentadoria daqueles que obtiveram o benefício em outras condições, com outras carreiras e condições a muito extinta. Existem ainda outros fatores. Mas, um exame geral da previdência nos estados brasileiros está para além do escopo desse estudo. Nos limites do que pretendemos aqui, analisar o deficit da previdência em relação a crise do Estado, não é necessário tal exame. Veremos em seguida os motivos contrastando a dimensão do deficit da previdência do governo Estadual com sua respectiva receita total:

Percentual do deficit em relação à Receita Total

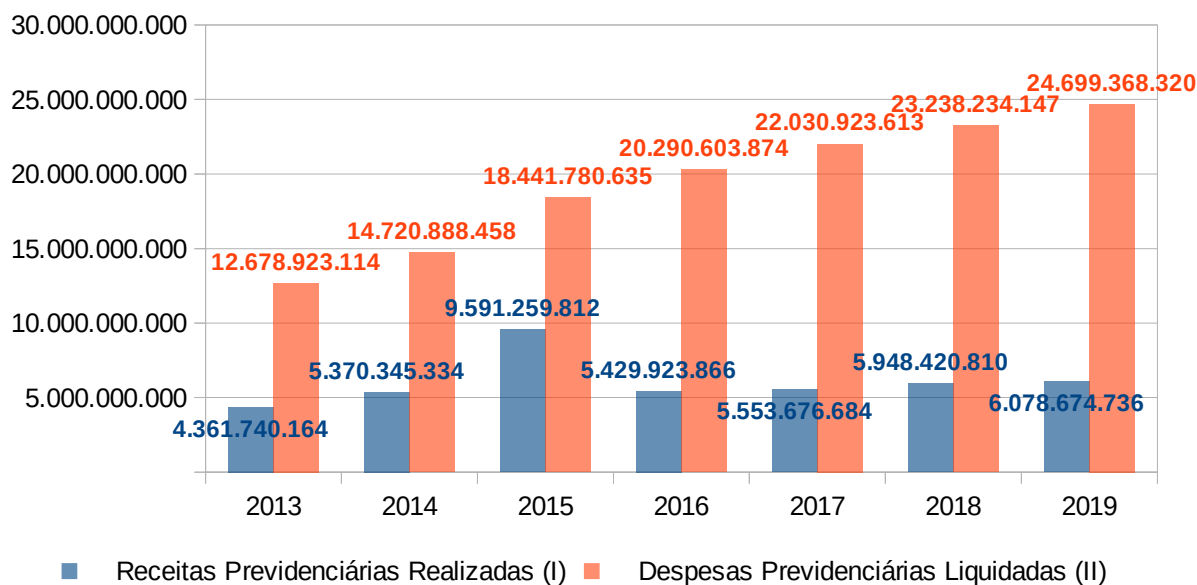


Fonte: Relatórios anuais da SEF e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

Como podemos ver, o deficit da previdência estadual verificado entre os anos 2007 e 2015 oscilou sempre entre 10 e 13% da receita total, sem qualquer curva ou tendência de crescimento. Isto significa que em todo esse período o deficit, embora existente, operava sempre dentro de uma margem e limites constantes; não comprometendo, por isso, as respectivas execuções orçamentárias que já pressupunham tal despesas em seu respectivo orçamento. No entanto, de 2015 para 2016 esse deficit salta misteriosamente para a faixa de 17 a 19% da receita total do estado. Qual o motivo desse giro abrupto e bem demarcado do deficit?

Para visualizarmos o cenário com maior clareza, vejamos as receitas e despesas previdenciárias especificamente nesse último período.

Receitas e despesas previdenciárias



Fonte: Relatórios anuais da SEF e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

Vemos que esses dados trazem um elemento um tanto quanto estranho. Em 2015, existe um salto das despesas previdenciárias que não correspondem em absoluto ao crescimento orgânico da folha de pagamento. Ao mesmo tempo, em 2015 precisamente, existe um salto nas receitas previdenciárias que sobem de 5,3 bilhões de reais para 9,5 bilhões, voltando, em seguida, já em 2017, ao patamar anterior de arrecadação: 5,4 bilhões de reais. Fica nítido, assim, que algum tipo de transação atípica aconteceu no ano de 2015. E este é precisamente o caso.

Em dezembro de 2013, por iniciativa do então governador Anastasia, foi extinto o Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais (Funpemp), cujos recursos, estimados em R\$ 3,2 bilhões, passam a fazer parte do Fundo Financeiro de Previdência (Funfip). O grande salto expresso nas receitas financeiras da previdência em 2015 é produto dessa medida. Com a sanção da lei, fica criado o Fundo Previdenciário de Minas Gerais (Funprev), que será responsável pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores que ingressarem na administração estadual após a implantação do regime de previdência complementar proposto pelo PLC 53/13, também de autoria do governador. Dessa forma, o regime próprio de previdência em Minas Gerais passa a ser custeado por dois fundos: o Funfip, no regime de repartição simples; e o Funprev, no regime de capitalização.

Tal medida apenas foi possível com uma manobra na Assembleia Legislativa. Extinguiu-se, assim, a obrigatoriedade de se fazer o plebiscito entre os servidores, que era uma garantia de que qualquer decisão sobre a destinação de recursos do Fundo seria tomada mediante votação dos funcionários do estado.

Ocorre que o Funpemp também funcionava com base na capitalização: isto é, as contribuições dos servidores e a contribuição do estado eram aplicadas no mercado de capitais. Com a sua extinção, os recursos do fundo passaram a ser parte de um fundo previdenciário único,

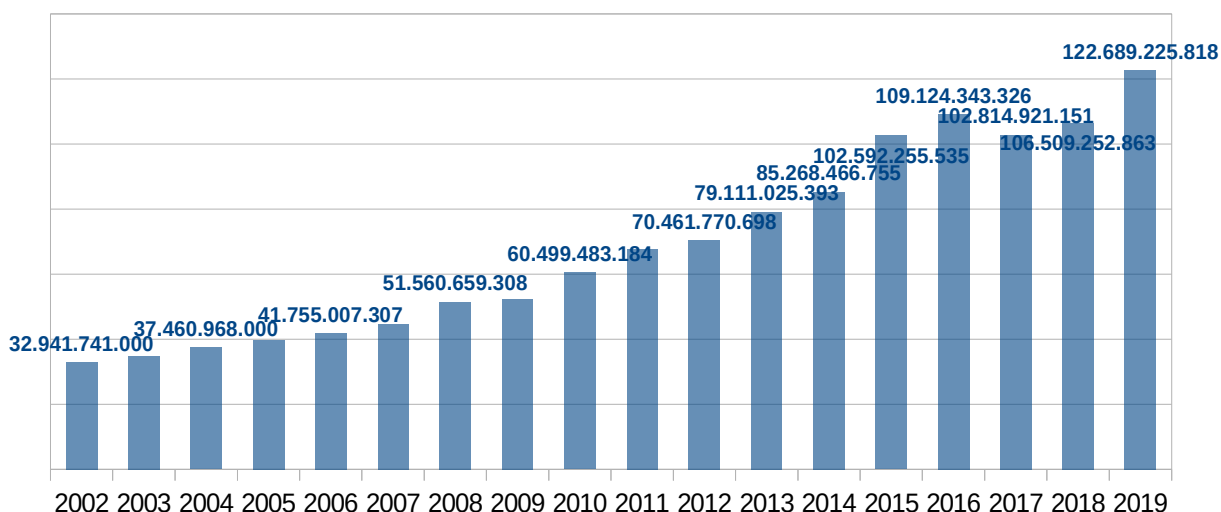
onde não há aplicação dos recursos, e os funcionários passaram a ter a opção de contribuir com uma previdência privada complementar.

Dessa forma, substituiu-se um regime de capitalização organizado pelo Estado por um regime de capitalização privado. Mais ainda, os recursos capitalizados na Funpemp foram incorporado ao fundo estatal e gastos exclusivamente no ano de 2015, elevando ao mesmo tempo a massa de despesas da previdência com a incorporação daquelas anteriormente oriundas da Funpemp. Em suma, o salto do deficit previdenciário do estado foi criado artificialmente com a extinção da Funpemp. Isto produziu a elevação do deficit previdenciário geral e fez aflorar outro problema que, até esse momento, encontrava-se latente: a dívida do Estado.

6. Exame da dívida do Estado

Vimos que, ao dado das despesas previdenciárias, o outro fator que cresceu de modo mais significativo nas despesas totais do governo Estadual de Minas Gerais forma os encargos especiais, cujo item mais relevante é a dívida do Estado. Apresentamos abaixo a evolução dessa dívida desde 2002 em termos absolutos.

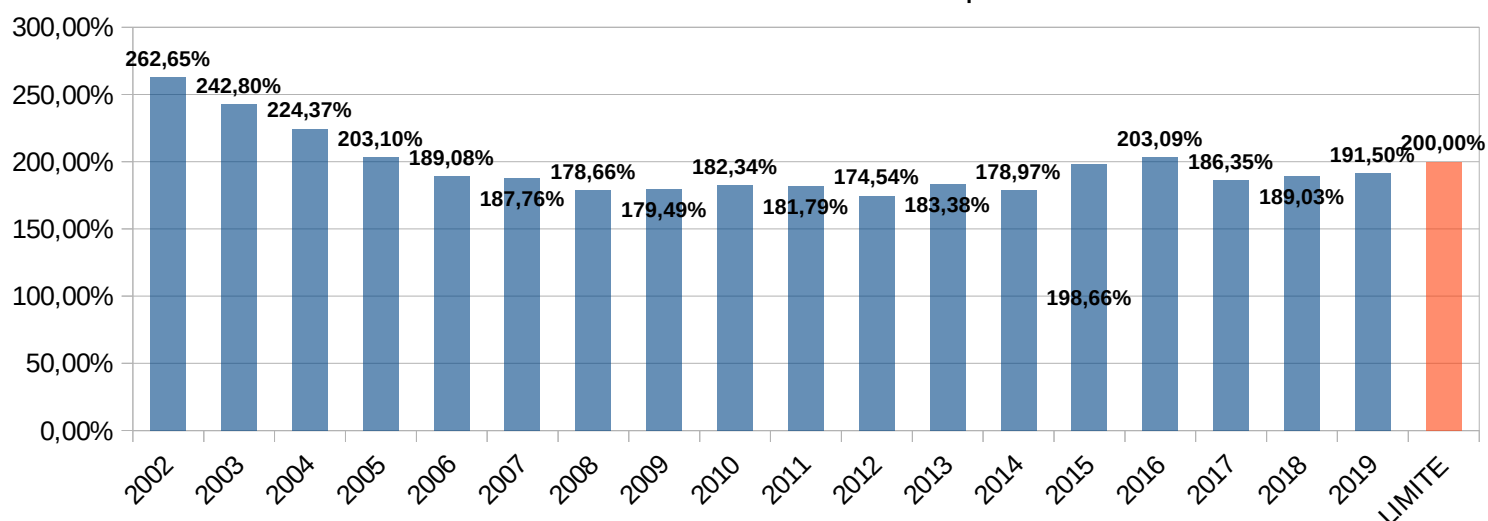
Evolução da dívida consolidada Líquida (em reais)



Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

A dívida consolidada líquida atingiu, em 2019, um valor recorde de 122,7 bilhões de reais. Como no caso das despesas com pessoal, a dívida também possui um teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse limite é de 200% da receita corrente líquida. Desse modo, analisando a evolução da dívida em termos percentuais, teremos uma ideia mais clara do cenário em que se encontra o Estado quanto a esse quesito.

Percentual Dívida Consolidada Líquida



Como se nota, a dívida estadual já chegou a 262% da receita corrente líquida. Ela foi “controlada” apenas até o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (200%) e, desde então, jamais desceu significativamente abaixo desse limite. Se o deficit previdenciário, como indicamos, é uma situação comum a todos os Estados brasileiros, esse não é o caso da dívida. Poucos estados possuem um nível tão elevado de endividamento. A situação, como podemos constatar, esteve sempre no limite, bastava a menor das irregularidades na arrecadação estadual e a dívida cresceria para além do limite estabelecido. Foi o que aconteceu em 2016, quando a dívida extrapolou os limites e Fernando Pimentel decretou estado de calamidade financeira.

Para termos uma ideia mais clara do cenário, vejamos o quanto foi pago da dívida em todos esses anos, já que o que foi indicado acima aponta apenas para o teto da dívida como um todo.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Juros e Encargos da Dívida	1.077.532.210	1.192.787.257	1.371.951.000	1.643.595.000	1.916.507.000	2.136.270.000	2.544.019.000	2.197.016.000	2.242.733.000
Amortização da Dívida	431.697.164	426.024.628	432.388.000	411.446.000	498.963.000	465.837.000	529.545.000	1.098.021.000	1.237.319.000
DÍVIDA TOTAL	1.509.229.374	1.618.811.885	1.804.339.000	2.055.041.000	2.415.470.000	2.602.107.000	3.073.564.000	3.295.037.000	3.480.052.000
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Juros e Encargos da Dívida	2.568.300.507	2.347.645.105	2.642.094.354	2.813.331.709	3.281.438.829	1.356.733.271	2.778.966.296	4.469.634.616	5.968.137.622
Amortização da Dívida	1.632.101.453	4.006.626.016	5.044.336.529	2.867.620.731	3.477.342.931	1.516.025.584	1.515.330.417	2.970.685.180	3.556.439.657
DÍVIDA TOTAL	4.200.401.960	6.354.271.121	7.686.430.883	5.680.952.440	6.758.781.760	2.872.758.855	4.294.296.713	7.440.319.796	9.524.577.280

Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE.

Em termos nominais, nunca se pagou tanto da dívida de Minas Gerais como em 2019. Foram 9,5 bilhões apenas nesse ano e, apesar disso, vemos a dívida subir em termos percentuais e ultrapassar 190% da Receita Corrente líquida. Em 2012, justamente um ano antes dos primeiros sinais da crise se manifestar no Estado, vimos disparar o montante pago em amortizações da dívida, que jamais tinha superado 2 bilhões de reais e representou, apenas em 2012, um total de 4,006 bilhões de reais. Mesmo com essa amortização, a dívida cresceu 12,76%. Isto ocorreu porque no ano 2011 e, sobretudo, 2012, vimos desacelerar o crescimento da Receita Corrente Líquida do Estado, tornando necessário amortizar a dívida para tentar evitar que superasse o teto estipulado pela LRF.

A dívida do Estado, portanto, além de sugar os recursos estaduais em cerca de 10% de sua arrecadação total, permaneceu sempre próxima do limite legalmente estipulado deixando o estado, durante todas as gestões do PSDB sempre a beira de um colapso financeiro. Visualizamos melhor esses resultados nas tabelas que se seguem, que mostram percentualmente o montante pago de juros e amortizações da dívida em termos percentuais, tomando como referência as despesas totais do Estado. Indicamos conjuntamente o total de investimentos do Estado, de modo a servir de critério de referência em relação ao percentual indicado pela dívida:

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Juros e Encargos da Dívida	5,83%	6,23%	6,31%	6,50%	6,60%	6,58%	6,47%	5,46%	4,87%
Amortização da Dívida	2,34%	2,23%	1,99%	1,63%	1,72%	1,44%	1,35%	2,73%	2,69%
Investimentos	4,20%	3,14%	5,11%	8,00%	9,35%	8,69%	9,48%	8,90%	8,67%
DÍVIDA TOTAL	8,17%	8,46%	8,30%	8,13%	8,32%	8,02%	7,82%	8,18%	7,56%
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Juros e Encargos da Dívida	4,70%	3,72%	3,67%	3,73%	3,91%	1,56%	2,86%	4,37%	5,52%
Amortização da Dívida	2,98%	6,34%	7,02%	3,80%	4,14%	1,74%	1,56%	2,90%	3,29%
Investimentos	6,03%	5,03%	5,94%	5,45%	3,79%	3,17%	3,38%	1,50%	2,38%
DÍVIDA TOTAL	7,68%	10,06%	10,69%	7,52%	8,05%	3,29%	4,42%	7,28%	8,80%

Percebe-se que sempre em torno de 8% das despesas totais do Estado foram destinada a dívida pública. Esse percentual cresceu exatamente nos dois anos que antecederam a crise do Estado, com crescimento das amortizações da dívida, demonstrando a necessidade de se evitar que ela ultrapasse o teto estabelecido de 200% das receitas.

Em paralelo a tudo isso, vimos na esteira do deficit orçamentário do Estado, despencar o montante destinado a investimentos que caiu a apenas 1,50% das despesas e 2,38% em 2019. Fica nítido, portanto, as prioridades do governo estadual. Os investimentos são exatamente a parcela das receitas estatais que reverberam economicamente no Estado como um todo.

Todo esse cenário aponta para problemas estruturais no Estado de Minas Gerais que extrapolam, em larga medida, uma medida isolada como a extinção do Funpemp. O Estado de Minas Gerais esteve sempre a beira de um colapso financeiro que não tem sua origem na arrecadação estatal, nem tampouco no excesso de despesas com pessoal ou em investimentos, mas na amarração do Estado ao capital financeiro que o liga a União e a dívida pública. Associado a isso, um desmantelamento estrutural que segue de perto a tendência do país nas últimas décadas, como veremos no próximo capítulo.

Os problemas estruturais do Estado de Minas Gerais

Como dissemos em estudo anterior para a CSP-Conlutas, a primeira particularidade importante do Estado de Minas Gerais no Brasil é que se trata do único Estado que reflete aproximadamente a mesma divisão do trabalho existente no país como um todo. Enquanto alguns estados se destacam pela produção agropecuária, como o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, outros pela Indústria de Transformação, como São Paulo, Minas Gerais possui força em praticamente todos os segmentos mais importantes para a valorização de capital no Brasil: agropecuário, indústria de transformação, extrativo mineral e energia. São esses setores que sustentam a administração pública, que depende dos impostos, o comércio que distribui mercadorias, os serviços que dependem de uma classe trabalhadora numerosa apta a consumi-los.

Isto significa, contudo, que Minas segue de perto, igualmente, a tendência de desindustrialização no setor de manufaturados, tornando-se cada vez mais dependente da exportação de matérias-primas, sobretudo na indústria extrativa e no agronegócio. No caso específico de Minas Gerais tem peso proporcionalmente mais elevado o setor extrativo mineral, duramente afetado pelos crimes de Brumadinho e Mariana e pela tendência da Vale de transferir a maior parte de suas atividades para a mina de Carajás no Pará. Mas vejamos, mais de perto, o quadro geral.

1. Situação econômica do Estado

Em 2018, Minas cresceu no mesmo patamar do Brasil. Enquanto o Estado cresceu 1,1% o país teve um crescimento de 1,2%, como indicamos abaixo.

	Minas Gerais	Brasil
PIB Total	1,2%	1,1%
Agropecuária	5,7%	0,1%
Indústria	-0,3%	2,3%
Ind. Extrativa Mineral	-2,0%	1,0%
Ind. de Transformação	0,9%	1,3%
Construção	-0,4%	-2,5%
Eletricidade e Saneamento	-4,1%	2,3%
Serviços	1,3%	1,3%
Comércio	2,4%	2,3%
Transportes	-1,2%	2,2%
Administração Pública	-0,4%	0,2%
Outros Serviços (1)	1,2%	1,4%

Fonte: Fundação João Pinheiro. **Elaboração:** ILAESE.

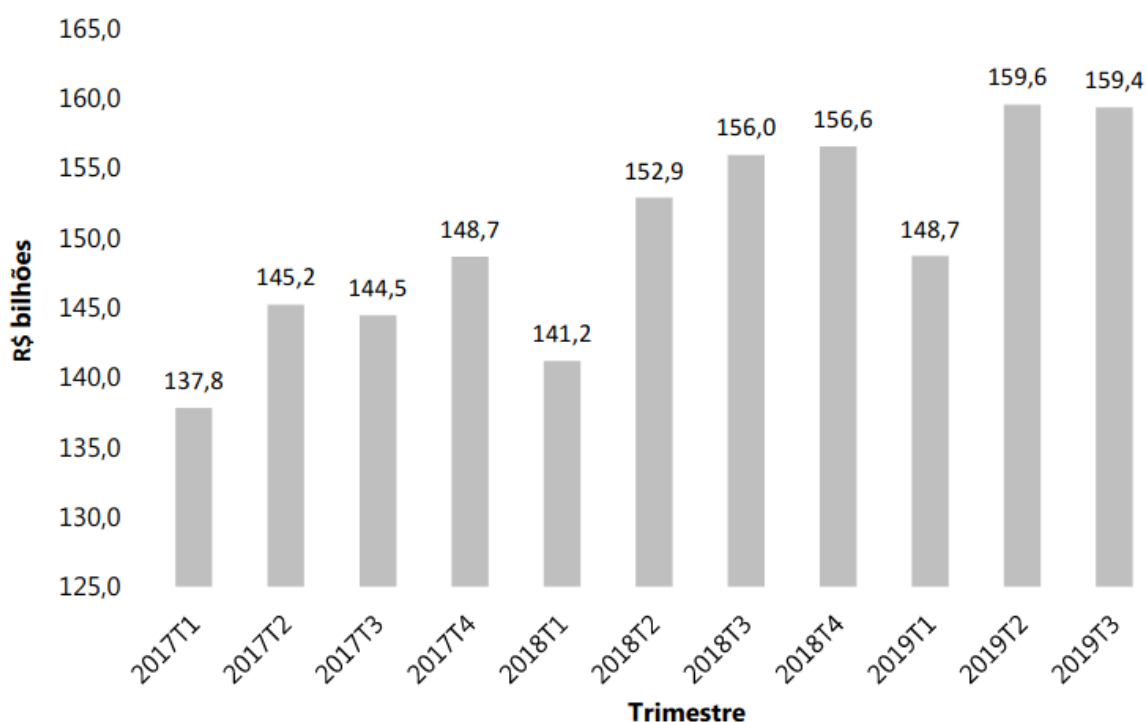
A distribuição, contudo foi desigual. No ano de 2018, o setor Industrial regrediu no Estado, sobretudo em função da indústria Extrativa Mineral e nos setores de eletricidade e saneamento. A indústria de transformação teve crescimento no Estado inferior aquele registrado no Brasil. O

resultado superior verificado em Minas deveu-se exclusivamente ao melhor desempenho do setor agropecuário, que se caracteriza exatamente pelos incentivos fiscais e por pagar uma quantidade insignificante de impostos, tendo poucos reflexos, portanto, na arrecadação estatal.

Aliado a isso, temos o fato da mineração pagar impostos irrisórios, sobretudo para o Estado. O CFEM, os royalties sobre a mineração, representou um montante de 283 milhões de reais em 2019, o que não representa sequer 0,3% da arrecadação estadual. Some-se a isso o fato de que o setor agropecuário e minerário, voltado em sua maior parte para as exportações, não alimentam uma cadeia de valor significativa, com reflexos positivos em outros setores. Esse é um processo de desindustrialização relativa que vem desde os inícios dos anos 90 e que se aprofunda a cada ano.

Em 2019, contudo, Minas Gerais sinaliza um desempenho melhor que no ano anterior, não sem razão vimos as receitas do Estado crescerem a um patamar superior aos anos anteriores. Indicamos os dados, até então divulgados, até o terceiro trimestre de 2019.

Produto Interno Bruto a preços correntes – Minas Gerais – 1º trimestre de 2017-3º trimestre de 2019



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019a.

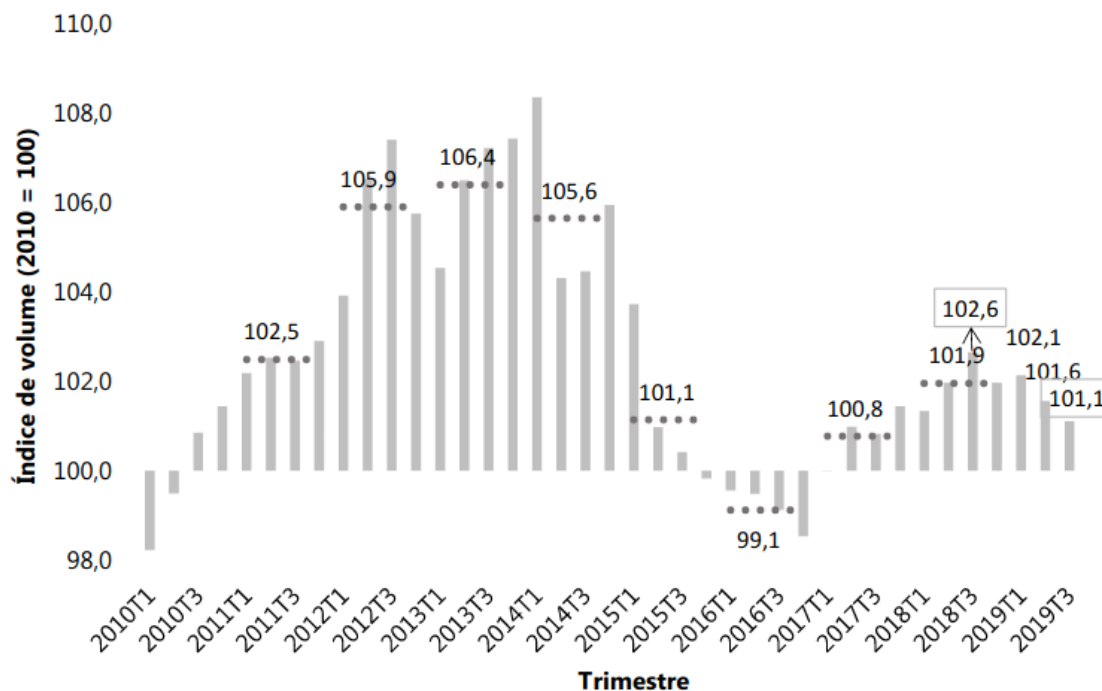
Elaboração: ExportaMinas

O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais foi estimado, pela Fundação João Pinheiro, em R\$ 148,7 bilhões no primeiro trimestre de 2019, R\$ 159,6 bilhões no segundo trimestre e em R\$ 159,4 bilhões no trimestre seguinte. No acumulado do ano, isto representa R\$ 467,7 bilhões, **3,9% além do observado no mesmo período de 2018.**

Esses números, no entanto, estão longe de indicar uma recuperação econômica consistente. Ao contrário, expressam até mesmo uma desaceleração econômica, nos marcos de

uma estagnação, como revela o Índice de volume do PIB estadual indicado abaixo:

Índice de volume (série com ajuste sazonal) do Produto Interno Bruto – Minas Gerais
– 1º trimestre de 2010-3º trimestre de 2019



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019a.

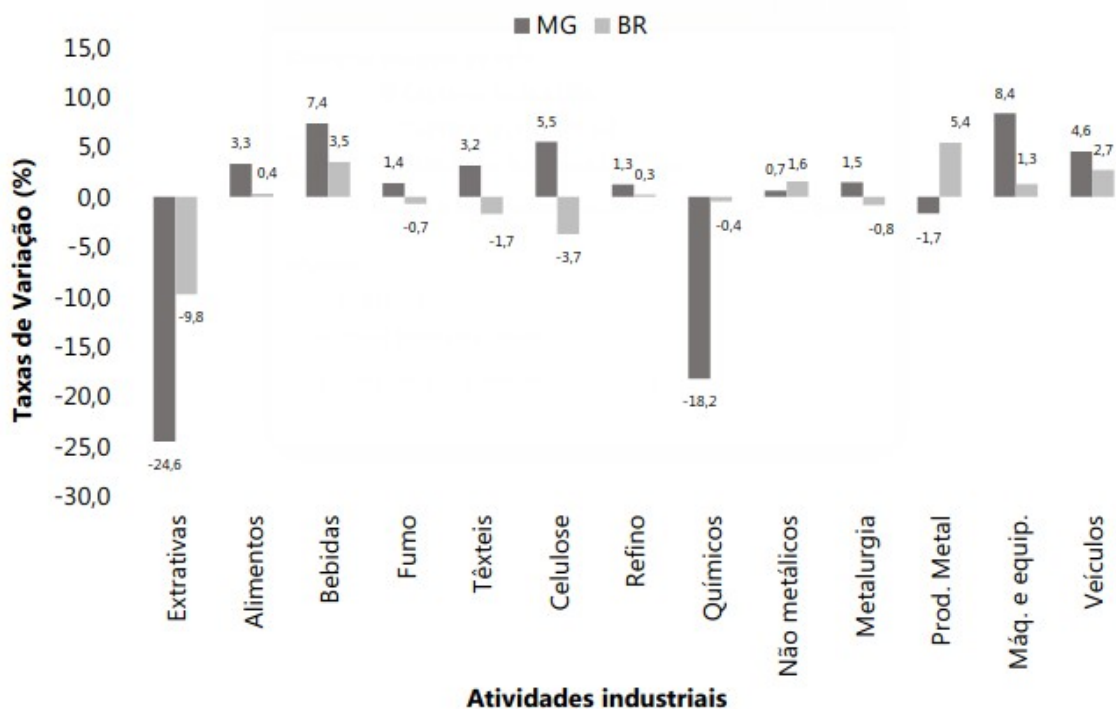
O índice de volume é um dos indicadores mais importantes. Trata-se de um **indicador pelo lado da produção**, não refletindo, tanto, variações nominais nos preços como ocorre com frequência na mineração, por exemplo. Essencialmente, trata-se de elaborar um índice de volume da produção estadual agregada (Valor Adicionado a preços básicos, ou VA pb, do qual se deduz o PIB a preços de mercado, ou PIB pm) a partir dos índices de produção real (índices de volume) relativos aos segmentos, ou atividades, que compõem a atividade econômica identificável no Estado de Minas Gerais.

O primeiro aspecto a se notar é que a recuperação da economia de Minas Gerais, iniciada no primeiro trimestre de 2017, após o colapso de 2014-16, é lenta e fraca. Além disso, foi interrompida há cerca de um ano. Vemos claramente a tendência decrescente da curva desde o terceiro trimestre de 2018. No acumulado do ano, o índice de volume do PIB de Minas Gerais em 2019 já se encontra 0,4% abaixo do registrado para o mesmo período do ano anterior, e, com elevada probabilidade, o resultado anual será inferior ao de 2018, mesmo que ocorra considerável crescimento no quarto trimestre de 2019.

Em resumo, temos uma redução na tendencial na produção do Estado, maquiada, contudo, pela variação positiva nos preços da maior parte dos produtos oriundos do Estado.

Setorialmente, nos três primeiros trimestres de 2019, temos o seguinte desempenho em comparação com o mesmo período de 2018 em termos de produção física:

Taxas de variação real da produção de atividades industriais – Minas Gerais e Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019c.
Elaboração própria a partir de dados coletados em 20 nov. 2019.

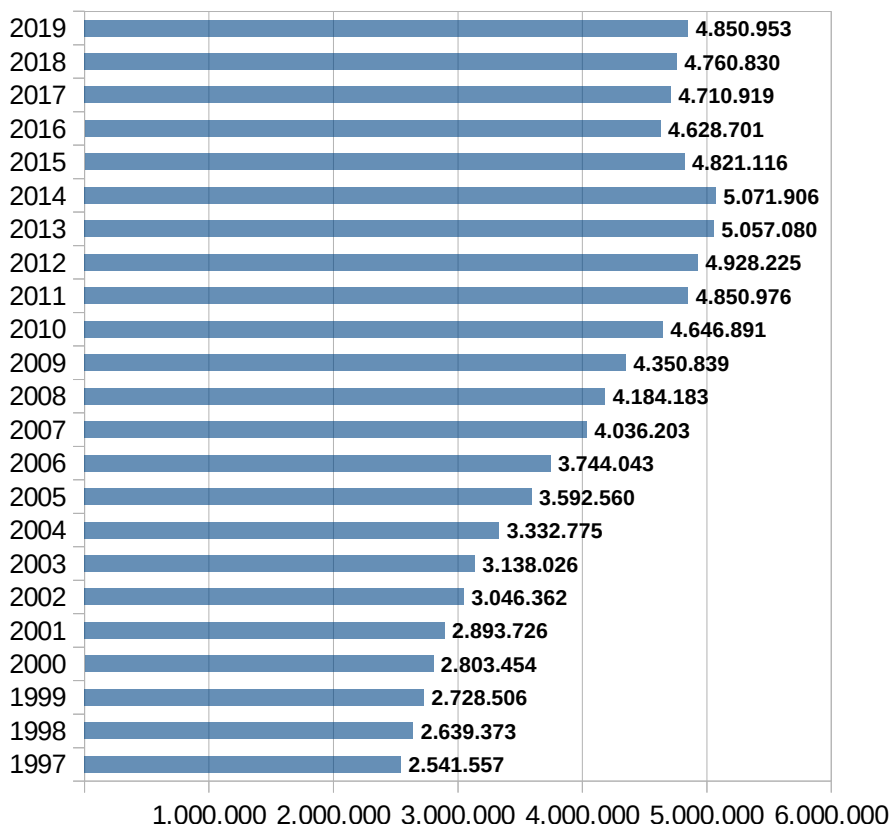
Houve uma variação positiva da atividade manufatureira em Minas Gerais, durante o período de janeiro a setembro de 2019. Para tal, contribuiu decisivamente a retomada da fabricação de máquinas e equipamentos (aumento de 8,4% na comparação dos nove meses completados em setembro de 2019 com o mesmo período do ano passado). Este desempenho positivo está, provavelmente, associado ao bom desempenho do setor agropecuário que é o consumidor da maior parte de máquinas e equipamentos produzidos no Estado. A indústria brasileira, por seu turno, é em sua maior parte atendida por máquinas e equipamentos importadas. Variou positivamente, também, os setores de bebidas (7,4%), celulose e papel (5,5%), metalurgia (1,5%), veículos (4,6%), refino de derivados de petróleo e biocombustíveis (1,3%), têxteis (3,2%), alimentos (3,3%), produtos de minerais não metálicos (0,7%) e fumo (1,4%). Nessa base de comparação, houve abrupta retração da produção física em Minas Gerais na fabricação de “outros produtos químicos” (-18,2%).

É possível ter uma ideia mais nítida do desmantelamento estrutural do Estado a partir da dinâmica do emprego e sua respectiva remuneração na longa e média duração. É o que faremos a seguir, baseado nos empregos formais tal como fornecidos pela RAIS-MTE.

2. Emprego e remuneração escancaram situação do Estado

Para termos uma dimensão mais completa da situação do Estado um dos critérios mais adequados é a análise do emprego e da remuneração no último período. Apresentamos, com esse objetivo, a evolução dos empregos formais no Estado desde 1997.

Varição dos empregos formais em Minas Gerais



Fonte: RAIS e CAGED. **Elaboração:** ILAESE.

Como podemos ver, Minas Gerais teve uma redução de cerca de meio milhão de empregos entre 2013 e 2016, uma queda absoluta de 8,8% dos empregos. Tal como indica os números sobre o índice de volume do PIB houve, desde então, uma recuperação lenta que permitiu uma recuperação de cerca de 200 mil empregos, menos, portanto, de 40% do que foi perdido nos dois anos anteriores. Mais ainda. Em 2019 esta recuperação foi ainda mais lenta que em 2018.

Indicamos abaixo a variação desses empregos por cada um dos subsetores segundo a classificação definida pelo IBGE, no período entre 2013 e 2018.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição Percentual	Varição Total
Extrativa Mineral	65.708	64.503	60.108	58.166	59.069	58.815	-10,49%	-6.893
Prod. Mineral não Metálico	56.503	57.008	52.812	49.079	46.834	46.656	-17,43%	-9.847
Indústria Metalúrgica	126.586	119.582	105.797	100.873	101.652	106.854	-15,59%	-19.732
Indústria Mecânica	45.765	45.726	41.798	37.708	38.153	40.227	-12,10%	-5.538
Elétrico e Comunicação	30.342	29.019	24.778	23.293	23.337	23.037	-24,08%	-7.305
Material de Transporte	75.869	68.224	56.031	46.917	47.325	46.347	-38,91%	-29.522
Madeira e Mobiliário	49.562	49.282	43.903	40.368	40.351	40.220	-18,85%	-9.342
Papel e Gráfico	30.571	30.432	26.124	24.572	24.845	24.658	-19,34%	-5.913
Borracha, Fumo, Couros	28.135	28.068	25.768	25.504	24.707	25.492	-9,39%	-2.643
Indústria Química	73.390	75.151	69.047	68.222	67.835	71.134	-3,07%	-2.256
Indústria Têxtil	113.313	113.093	99.716	94.734	93.530	87.854	-22,47%	-25.459
Indústria Calçados	33.204	32.629	28.729	31.230	30.713	30.252	-8,89%	-2.952
Alimentos e Bebidas	188.627	190.599	193.533	189.449	199.211	201.501	6,83%	12.874
Serviço Utilidade Pública	41.047	44.161	42.243	40.659	41.684	42.941	4,61%	1.894
Construção Civil	341.421	328.736	271.665	227.752	218.895	234.254	-31,39%	-107.167
Comércio Varejista	842.067	855.793	837.999	815.757	819.503	814.284	-3,30%	-27.783
Comércio Atacadista	153.757	162.307	157.065	152.639	147.965	153.719	-0,02%	-38
Instituição Financeira	68.120	69.751	70.472	68.907	66.957	68.754	0,93%	634
Adm Técnica Profissional	503.741	492.311	464.343	452.657	465.629	488.182	-3,09%	-15.559
Transporte e Comunicações	270.359	273.428	266.161	255.622	255.878	258.171	-4,51%	-12.188
Aloj Comunic	396.677	409.652	404.239	393.226	389.552	394.476	-0,55%	-2.201
Médicos Odontológicos Vet	185.205	194.325	199.863	200.917	205.239	216.363	16,82%	31.158
Ensino	180.878	191.030	191.031	191.671	186.675	192.157	6,24%	11.279
Administração Pública	896.245	889.911	828.346	779.916	858.646	839.120	-6,37%	-57.125
Agricultura	259.988	257.185	259.545	258.863	256.734	255.362	-1,78%	-4.626
Total	5.057.080	5.071.906	4.821.116	4.628.701	4.710.919	4.760.830	-5,86%	-296.250

Fonte: RAIS. **Elaboração:** II AFSE.

Com exceção dos setores de Alimentos e Bebidas, bem como o de Serviços de Utilidade Pública (Energia e Saneamento) a curva do emprego foi negativa em todos os casos. O caso mais grave foi a construção civil que teve uma redução superior aos 25% de sua força de trabalho ativa ou mais de 100 mil empregos. O balanço geral é 296 mil empregos menos em 5 anos, atestando a lenta recuperação econômica que se seguiu a crise.

Mas essa melhora relativa nos dois últimos anos desaparece por completo quando consideramos a variação na remuneração no mesmo período, indicada abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição Total	Varição Real
Extrativa Mineral	R\$ 3.156	R\$ 3.480	R\$ 3.603	R\$ 3.674	R\$ 3.835	R\$ 3.853	22,09%	-27,76%
Prod. Mineral não Metálico	R\$ 1.554	R\$ 1.707	R\$ 1.865	R\$ 1.986	R\$ 2.056	R\$ 2.085	34,17%	-15,68%
Indústria Metalúrgica	R\$ 2.417	R\$ 2.627	R\$ 2.802	R\$ 2.952	R\$ 3.042	R\$ 3.059	26,57%	-23,28%
Indústria Mecânica	R\$ 2.260	R\$ 2.495	R\$ 2.608	R\$ 2.725	R\$ 2.832	R\$ 2.767	22,41%	-27,44%
Elétrico e Comunic	R\$ 1.841	R\$ 1.996	R\$ 2.290	R\$ 2.412	R\$ 2.482	R\$ 2.554	38,75%	-11,10%
Material de Transporte	R\$ 2.482	R\$ 2.718	R\$ 3.021	R\$ 3.465	R\$ 3.575	R\$ 3.705	49,27%	-0,58%
Madeira e Mobiliário	R\$ 1.200	R\$ 1.320	R\$ 1.417	R\$ 1.536	R\$ 1.613	R\$ 1.652	37,59%	-12,26%
Papel e Gráfico	R\$ 1.671	R\$ 1.797	R\$ 1.957	R\$ 2.097	R\$ 2.159	R\$ 2.265	35,49%	-14,36%
Borracha, Fumo, Couros	R\$ 1.571	R\$ 1.716	R\$ 1.917	R\$ 2.076	R\$ 2.099	R\$ 2.118	34,85%	-15,00%
Indústria Química	R\$ 1.935	R\$ 2.101	R\$ 2.294	R\$ 2.565	R\$ 2.697	R\$ 2.681	38,57%	-11,28%
Indústria Têxtil	R\$ 968	R\$ 1.051	R\$ 1.140	R\$ 1.249	R\$ 1.322	R\$ 1.355	39,94%	-9,91%
Indústria Calçados	R\$ 951	R\$ 1.070	R\$ 1.192	R\$ 1.298	R\$ 1.398	R\$ 1.460	53,58%	3,73%
Alimentos e Bebidas	R\$ 1.433	R\$ 1.524	R\$ 1.628	R\$ 1.765	R\$ 1.872	R\$ 1.895	32,25%	-17,60%
Serviço Utilidade Pública	R\$ 3.484	R\$ 3.634	R\$ 4.094	R\$ 4.374	R\$ 4.334	R\$ 4.544	30,41%	-19,44%
Construção Civil	R\$ 1.629	R\$ 1.700	R\$ 1.792	R\$ 1.903	R\$ 1.977	R\$ 2.010	23,38%	-26,47%
Comércio Varejista	R\$ 1.090	R\$ 1.173	R\$ 1.260	R\$ 1.369	R\$ 1.449	R\$ 1.491	36,73%	-13,12%
Comércio Atacadista	R\$ 1.538	R\$ 1.687	R\$ 1.829	R\$ 1.988	R\$ 2.130	R\$ 2.151	39,83%	-10,02%
Instituição Financeira	R\$ 4.043	R\$ 4.353	R\$ 4.922	R\$ 4.932	R\$ 5.290	R\$ 5.387	33,26%	-16,59%
Adm Técnica Profissional	R\$ 1.649	R\$ 1.795	R\$ 1.951	R\$ 2.091	R\$ 2.208	R\$ 2.266	37,41%	-12,44%
Transporte e Comunicações	R\$ 1.669	R\$ 1.803	R\$ 1.948	R\$ 2.106	R\$ 2.223	R\$ 2.285	36,95%	-12,90%
Aloj Comunic	R\$ 1.185	R\$ 1.273	R\$ 1.367	R\$ 1.497	R\$ 1.603	R\$ 1.646	38,89%	-10,96%
Médicos Odontológicos Vet	R\$ 1.653	R\$ 1.793	R\$ 1.922	R\$ 2.068	R\$ 2.197	R\$ 2.255	36,37%	-13,48%
Ensino	R\$ 2.690	R\$ 2.937	R\$ 3.186	R\$ 3.377	R\$ 3.456	R\$ 3.511	30,49%	-19,36%
Administração Pública	R\$ 2.553	R\$ 2.831	R\$ 3.229	R\$ 3.540	R\$ 3.646	R\$ 3.762	47,39%	-2,46%
Agricultura	R\$ 1.128	R\$ 1.218	R\$ 1.327	R\$ 1.459	R\$ 1.549	R\$ 1.596	41,52%	-8,33%
Média	R\$ 1.762	R\$ 1.913	R\$ 2.089	R\$ 2.249	R\$ 2.372	R\$ 2.428	37,76%	-12,09%

Fonte: RAIS. **Elaboração:** ILAESE.

Considerando a inflação acumulada no período em questão, de 49,85% segundo o IPCA, com exceção da Indústria de Calçados, em todos os subsetores se registram perdas salariais significativas. Um dos casos mais graves é exatamente a indústria extrativa mineral, com perdas de 27,76% no poder de compra da remuneração média de todos os trabalhadores do setor. Na sequência temos exatamente a Indústria mecânica e metalúrgicas com perdas de 27,4% e 23,28% da remuneração respectivamente. Os únicos setores que registraram crescimento no total de empregos no período, estão também no topo dos que registraram maiores perdas na remuneração média: Alimentos e Bebidas e os Serviços de Utilidade Pública, ambos próximos dos 20% de perda salarial.

Em resumo, verificamos uma perda real do poder de compra do conjunto da classe trabalhadora de Minas Gerais, reduzindo seu potencial de consumo e unilateralizando ainda mais a atividade produtiva do Estado como voltada para a exportação, muitas vezes por meio de empresas estrangeiras.

Trata-se, efetivamente, de uma crise estrutural. Esta crise foi alavancada, no caso do governo estadual, por medidas absurdas cometidas pelo governo de Anastasia na previdência do Estado e pelo elevado patamar histórico de seu endividamento; mas tem como pano de fundo mais geral uma tendência que se aguça em todo país: reprimarização da economia, redução drásticas no empregos e na remuneração da classe trabalhadora, a única que produz toda a riqueza.

Conclusões

ESTADO DE MINAS GERAIS

→ A crise no Estado de Minas Gerais é real, mas não tem relação com crescimento histórico dos gastos públicos com os servidores e tampouco em serviços essenciais como Educação, Saúde e demais áreas. Não se verifica, igualmente, nenhum grave problema na evolução histórica da arrecadação do Estado, que se mantém acima da inflação desde o início da crise. Os problemas centrais se encontram na Previdência e no endividamento do Estado.

→ O endividamento é um problema crônico que remete aos anos de 1990. Isto é, a dívida total do Estado sempre esteve próximo dos limites legais.

→ Apesar de um déficit histórico na previdência, esse era controlado até o ano de 2013. Esta situação mudou completamente com a abolição do sistema público de previdência por capitalização que era a Funpempg.

ECONOMIA DO ESTADO

→ Seguindo o ritmo nacional, Minas Gerais apresenta leve recuperação no PIB e nos empregos nos últimos três anos. Apesar disso, tal recuperação ocorre com perda real da remuneração média dos trabalhadores em praticamente todas as categorias.